

No. 44020

**Argentina
and
Brazil**

Memorandum of Understanding between the Argentine Republic and the Federative Republic of Brazil for the establishment of a permanent mechanism for the exchange of information on circulation and illicit traffic of firearms, ammunition, explosives and other related materials. Buenos Aires, 16 October 2003

Entry into force: *14 July 2006 by notification, in accordance with paragraph 6*

Authentic texts: *Portuguese and Spanish*

Registration with the Secretariat of the United Nations: *Argentina, 9 July 2007*

**Argentine
et
Brésil**

Mémorandum d'accord entre la République argentine et la République fédérative du Brésil relatif à la création d'un mécanisme permanent pour l'échange d'informations sur la circulation et le trafic illicite d'armes à feu, de munitions, d'explosifs et d'autres matériels connexes. Buenos Aires, 16 octobre 2003

Entrée en vigueur : *14 juillet 2006 par notification, conformément au paragraphe 6*

Textes authentiques : *portugais et espagnol*

Enregistrement auprès du Secrétariat des Nations Unies : *Argentine, 9 juillet 2007*

[PORTUGUESE TEXT – TEXTE PORTUGAIS]

MEMORANDO DE ENTENDIMENTO
ENTRE
A REPÚBLICA ARGENTINA
E A REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
PARA O ESTABELECIMENTO DE UM MECANISMO
PERMANENTE DE INTERCÂMBIO DE INFORMAÇÕES
SOBRE A CIRCULAÇÃO E O TRÁFICO ILÍCITO
DE ARMAS DE FOGO, MUNIÇÕES, EXPLOSIVOS
E OUTROS MATERIAIS CORRELATOS

A República Federativa do Brasil

e

A República Argentina,
(Doravante “as Partes”)

Convecidos da conveniência de estabelecer um mecanismo que melhore o intercâmbio de informações sobre a circulação de armas de fogo, munições, explosivos e outros materiais correlatos;

Considerando as iniciativas contidas no Programa de Ação das Nações Unidas para prevenir, combater e erradicar o tráfico ilícito de armas em todos seus aspectos, adotado em julho de 2001;

Levando em conta os mecanismos de cooperação estabelecidos na Convenção Interamericana contra a fabricação e o tráfico ilícito de armas de fogo, munições, explosivos e outros materiais correlatos, em particular a possibilidade de desenvolver mecanismos bilaterais de cooperação recíproca;

Convencidos da necessidade de implementar a Decisão MERCOSUR/CMC/DEC Nº 7/98, que aprova o “Mecanismo Conjunto de Registro de Compradores e Vendedores de Armas de Fogo, Munições, Explosivos e Outros Materiais Correlatos”.

Acordam o seguinte:

1. As Partes estabelecem, pelo presente Memorando de Entendimento, um mecanismo permanente de intercâmbio de informações sobre a circulação de armas de fogo, munições, explosivos e outros materiais correlatos, tendo em conta o previsto na Decisão MERCOSUR/CMC/DEC Nº 7/98, que aprova o “Mecanismo Conjunto de Registro de Compradores e Vendedores de Armas de Fogo, Munições, Explosivos e Outros Materiais Correlatos”.

2. As Partes identificam como pontos focais, para efeitos do presente mecanismo, a Coordenação Geral de Combate aos Ilícitos Transnacionais do Ministério das Relações Exteriores da República Federativa do Brasil; e a Direção de Segurança Internacional, Assuntos Nucleares e Espaciais do Ministério das Relações Exteriores, Comércio Internacional e Culto da República Argentina.

- As Partes comunicar-se-ão por via diplomática toda modificação relativa aos pontos focais designados.

- O ponto focal será encarregado de receber as solicitações de informação da outra Parte e de transmitir as respostas correspondentes, bem como de formular as solicitações de informação à outra Parte e de receber suas respostas.

- O ponto focal estabelecerá um sistema de comunicação com as autoridades de aplicação interna dessa Parte que permita o trâmite expedido dos requerimentos de informação que formule a outra Parte.

- Todo requerimento de informação será remetido em formulário aprovado pelas Partes que conterá os dados necessários para realizar o intercâmbio de informações.

3. As autoridades de aplicação do presente mecanismo serão os organismos de cada Estado que tenha competência no controle, comercialização e fiscalização das armas de fogo, munições, explosivos e outros materiais correlatos, nas respectivas Partes.

Pela parte argentina, serão autoridades de aplicação:

- A Secretaria de Segurança Interior do Ministério da Justiça, Segurança e Direitos Humanos, com respeito às solicitações de informação relativas às questões contempladas na Decisão MERCOSUR/CMC/DEC N° 7/98; e com respeito à identificação de grupos responsáveis pelo tráfico ilícito de armas de fogo, munições, explosivos e outros materiais relacionados e de seu *modus operandi*.

- O Registro Nacional de Armas, com respeito às solicitações de informação relativas a dados de registro e sobre licenças de importação e exportação de armas de uso civil; e

- A Secretaria Executiva da Comissão Nacional de Controle de Exportações Sensitivas e Material Bélico (Ministério da Defesa), com relação às solicitações de informações relativas a dados sobre licenças de importação e exportação de armas de uso militar.

- De sua parte, a Secretaria de Inteligência assessorará os organismos correspondentes a respeito da identificação de grupos responsáveis pelo tráfico ilícito de armas de fogo, munições, explosivos e outros materiais correlatos, e de seu *modus operandi*.

Pela parte brasileira serão autoridades de aplicação:

- A Secretaria Nacional de Segurança Pública do Ministério da Justiça com respeito às solicitações de informação relativas às questões contempladas na Decisão MERCOSUR/CMC/DEC N° 7/98;

- A Direção de Combate ao Crime Organizado da Polícia Federal, com relação às solicitações de informação relativas a dados de registro de armas de uso civil e sobre licenças de importação e exportação de armas de uso civil, no âmbito do Sistema Nacional de Armas (SINARM) e referentes à identificação de grupos responsáveis pelo tráfico ilícito de armas de fogo, munições, explosivos e outros materiais afins e seus *modus operandi*.

- a Direção de Fiscalização de Produtos Controlados do Comando do Exército (Ministério da Defesa), com relação às solicitações de informação relativas a dados sobre licenças de importação e exportação de armas de uso civil e militar; e

- A Agência Brasileira de Inteligência do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República (ABIN/GSI/PR), com relação a solicitações de informações de inteligência estratégicas relativas à identificação de grupos responsáveis pelo tráfico ilícito de armas de fogo, munições, explosivos e outros materiais afins, e de seu *modus operandi*.

4. Caso a informação requerida seja parte de uma investigação judicial, de acordo com o previsto no Protocolo de Assistência Jurídica Mútua em Assuntos Penais, firmado em Potrerros de los Funes, em 25 de junho de 1996, e demais normas vigentes nos respectivos ordenamentos jurídicos internos, as Partes prestar-se-ão a mais ampla assistência judicial mútua para a investigação de delitos relacionados com o tráfico ilícito de armas de fogo, munições, explosivos e outros materiais correlatos, assim como para a cooperação nos procedimentos judiciais relacionados com assuntos penais que tramitem na jurisdição da outra Parte.

5. As Partes manterão o nível de confidencialidade da informação quanto assim o requeira a Parte que solicite ou forneça a informação. O relaxamento desse nível de confidencialidade será autorizado pela Parte que tenha requerido o tratamento de confidencialidade.

6. O presente Memorando de Entendimento entrará em vigor a partir da data Segunda nota diplomática pela qual uma das Partes

comunique a outra a conclusão dos trâmites internos necessários para sua implementação. O Memorando de Entendimento se manterá em vigor até o momento em que uma de suas Partes comunique a outra, por via diplomática, sua intenção de terminá-lo.

Feito em Buenos Aires, República Argentina, em 16 de outubro de 2003, em dois originais, em português e espanhol, sendo ambos os textos igualmente autênticos.

PELA REPÚBLICA FEDERATIVA
DO BRASIL

PELA REPÚBLICA ARGENTINA

[SPANISH TEXT – TEXTE ESPAGNOL]

MEMORANDUM DE ENTENDIMIENTO
ENTRE
LA REPUBLICA ARGENTINA
Y
LA REPUBLICA FEDERATIVA DEL BRASIL
PARA EL ESTABLECIMIENTO DE UN MECANISMO PERMANENTE
DE INTERCAMBIO DE INFORMACION
SOBRE LA CIRCULACION Y TRAFICO ILICITO DE ARMAS
DE FUEGO, MUNICIONES, EXPLOSIVOS Y OTROS MATERIALES
RELACIONADOS

La República Argentina y la República Federativa del Brasil, en adelante las Partes,

Convencidos de la conveniencia de establecer un mecanismo que mejore el intercambio de información sobre la circulación de armas de fuego, municiones, explosivos y otros materiales relacionados;

Considerando las iniciativas contenidas en el Programa de Acción de las Naciones Unidas para prevenir, combatir y erradicar el tráfico ilícito de armas en todos sus aspectos, adoptado en julio de 2001;

Teniendo en cuenta los mecanismos de cooperación establecidos en la Convención Interamericana contra la fabricación y tráfico ilícito de armas de fuego, municiones, explosivos y otros materiales relacionados, en particular la posibilidad de desarrollar mecanismos bilaterales sobre cooperación recíproca;

Convencidos de la necesidad de instrumentar la Decisión MERCOSUR/CMC/DEC N° 7/98 que aprueba el "Mecanismo Conjunto de Registro de Compradores y Vendedores de Armas de Fuego, Municiones, Explosivos y Otros Materiales Relacionados".

Acuerdan lo siguiente:

1- Las Partes establecen, por el presente Memorandum de Entendimiento, un mecanismo permanente de intercambio de información sobre la circulación de armas de fuego, municiones, explosivos y otros materiales relacionados, teniendo en cuenta lo previsto en la Decisión MERCOSUR/CMC/DEC N° 7/98 que aprueba el "Mecanismo Conjunto de Registro de Compradores y Vendedores de Armas de Fuego, Municiones, Explosivos y Otros Materiales Relacionados".

2- Las Partes identifican como puntos focales, a los efectos del presente mecanismo, a la Dirección de Seguridad Internacional, Asuntos Nucleares y Espaciales del Ministerio de Relaciones Exteriores, Comercio Internacional y Culto de la República Argentina; y a la Coordinación General del Combate a los Ilícitos Transnacionales del Ministerio de Relaciones Exteriores de la República Federativa del Brasil.

Las partes se comunicarán por vía diplomática toda modificación respecto de los puntos focales designados.

El punto focal será el encargado de recibir las solicitudes de información de la otra Parte y de transmitir las respuestas correspondientes, así como de formular las solicitudes de información a la otra Parte y de recibir sus respuestas.

El punto focal establecerá un sistema de comunicación con las autoridades de aplicación interna de esa Parte que permita el trámite expedito de los requerimientos de información que formule la otra Parte.

Todo requerimiento de información será remitido en un formulario aprobado por las Partes que contendrá los datos necesarios para realizar el intercambio de información.

3- Las Autoridades de aplicación del presente mecanismo serán los organismos de cada Estado que tengan competencia en el control, comercialización y fiscalización de las armas de fuego, municiones, explosivos y otros materiales relacionados, en las respectivas Partes.

Por la parte argentina, serán autoridades de aplicación:

- La Secretaría de Seguridad Interior del Ministerio de Justicia, Seguridad y Derechos Humanos respecto de las solicitudes de información referidas a las cuestiones contempladas en la Decisión MERCOSUR/CMC/DEC N° 7/98; y respecto de la identificación de grupos responsables por el tráfico ilícito de armas de fuego, municiones, explosivos y otros materiales relacionados, y de su *modus operandi*;

- El Registro Nacional de Armas respecto de las solicitudes de información referidas a datos registrales y sobre licencias de importación y exportación de armas de uso civil y uso civil condicional;

- La Secretaría Ejecutiva de la Comisión Nacional de Control de Exportaciones Sensitivas y Material Bélico (Ministerio de Defensa), respecto de las solicitudes de información referidas a datos sobre licencias de importación y exportación de armas de uso militar.

- Por su parte, la Secretaría de Inteligencia asesorará a los organismos correspondientes respecto de solicitudes de informaciones de inteligencia estratégica referentes a la identificación de grupos responsables por el tráfico ilícito de armas de fuego, municiones, explosivos y otros materiales relacionados, y de su *modus operandi*.

Por la parte brasileña serán autoridades de aplicación:

- La Secretaría Nacional de Seguridad Pública del Ministerio de Justicia respecto de las solicitudes de información referidas a las cuestiones en la Decisión MERCOSUR/CMC/DEC N° 7/98;

- La Dirección de Combate al Crimen Organizado de la Policía Federal respecto de las solicitudes de información referidas a datos registrales de armas de uso civil y sobre licencias de importación y exportación de armas de uso civil, en el ámbito del Servicio Nacional de Armas (SINARM) y referidas a la identificación de grupos responsables por el tráfico ilícito de armas de fuego, municiones, explosivos y otros materiales relacionados, y de su *modus operandi*;

- La Dirección de Fiscalización de Productos Controlados del Comando del Ejército (Ministerio de Defensa), respecto de las solicitudes de información referidas a datos sobre licencias de importación y exportación de armas de uso civil y militar; y

- La Agencia Brasileña de Inteligencia del Gabinete de Seguridad Institucional de la Presidencia de la República (ABIN/GSI/PR), respecto de solicitudes de informaciones de inteligencia estratégica referentes a la identificación de grupos responsables por el tráfico ilícito de armas de fuego, municiones, explosivos y otros materiales relacionados, y de su *modus operandi*.

4- En caso de que la información requerida forme parte de una investigación judicial, de acuerdo con lo previsto en el Protocolo de Asistencia Jurídica Mutua en Asuntos Penales, firmado en Potrero de los Funes, el 25 de junio de 1996 y demás normas vigentes en los respectivos ordenamientos jurídicos internos, las Partes se prestarán la más amplia asistencia judicial mutua para la investigación de delitos relacionados con el tráfico ilícito de armas de fuego, municiones, explosivos y otros materiales relacionados, así como para la cooperación en los procedimientos judiciales relacionados con asuntos penales que tramiten en la jurisdicción de la otra Parte.

5- Las Partes mantendrán el nivel de confidencialidad de la información cuando así lo requiera la Parte que solicite o suministre la información. El levantamiento de dicho nivel de confidencialidad será autorizado por la Parte que ha requerido que se mantenga dicha confidencialidad.

6- El presente Memorandum de Entendimiento entrará en vigor a partir de la fecha de la segunda nota diplomática por la cual cada una de las Partes comunique a la otra la conclusión de los trámites internos necesarios para su implementación. El Memorandum de Entendimiento se mantendrá en vigor hasta el momento en que una de sus Partes comunique a la otra por vía diplomática, su intención de darlo por terminado.

Hecho en la ciudad de Buenos Aires, República Argentina, a los 16 días del mes de octubre de dos mil tres, en dos originales, en español y portugués, siendo ambos textos igualmente auténticos.

POR LA REPUBLICA ARGENTINA

POR LA REPUBLICA FEDERATIVA
DE BRASIL

[TRANSLATION – TRADUCTION]

MEMORANDUM OF UNDERSTANDING BETWEEN THE ARGENTINE REPUBLIC AND THE FEDERATIVE REPUBLIC OF BRAZIL FOR THE ESTABLISHMENT OF A PERMANENT MECHANISM FOR THE EXCHANGE OF INFORMATION ON CIRCULATION OF AND ILLICIT TRAFFICKING IN FIREARMS, AMMUNITION, EXPLOSIVES AND OTHER RELATED MATERIALS

The Argentine Republic and the Federative Republic of Brazil, hereinafter referred to as the Parties,

Convinced of the advantages of establishing a mechanism to improve the exchange of information on circulation of firearms, ammunition, explosives and other related materials;

Taking into consideration the initiatives contained in the United Nations Programme of Action to Prevent, Combat and Eradicate the Illicit Trade in Small Arms and Light Weapons in All Its Aspects, adopted in July 2001;

Taking into account the mechanisms of cooperation established in the Inter-American Convention Against the Illicit Manufacturing of and Trafficking in Firearms, Ammunition, Explosives and Other Related Materials, and in particular the possibility of developing bilateral mechanisms for mutual cooperation;

Convinced of the need to implement Decision MERCOSUR/CMC/DEC N° 7/98 approving the joint register mechanism of buyers and sellers of firearms, explosives, ammunition and related materials;

Have agreed as follows:

1. The Parties hereby establish, by way of the present Memorandum of Understanding, a permanent mechanism for the exchange of information on circulation of firearms, ammunition, explosives and other related materials, taking into account the provisions of Decision MERCOSUR/CMC/DEC N° 7/98 approving the joint register mechanism of Buyers and Sellers of Firearms, Ammunition, Explosives and Other Related Materials.

2. The Parties hereby identify as focal points, for the purposes of the mechanism in question, the Directorate for International Security and Nuclear and Space Matters of the Ministry of Foreign Affairs, International Trade and Worship of the Argentine Republic, and the General Coordinating Office for Combating Transnational Crime of the Ministry of Foreign Affairs of the Federative Republic of Brazil.

The Parties shall notify one another through the diplomatic channel of any change in the designated focal points.

Each focal point shall have the function of receiving the requests for information from the other Party and transmitting appropriate responses, and of formulating the requests for information to the other Party and receiving its responses.

The focal point of each Party shall establish a system for communicating with its relevant domestic authorities to permit rapid processing of the requests for information formulated by the other Party.

All requests for information shall be submitted on a form approved by the Parties and containing the data needed to complete the exchange of information.

3. The Authorities charged with implementing the mechanism in question shall be the bodies in each State competent for the control, trade and monitoring of firearms, ammunition, explosives and other related materials, in the respective Parties.

On the Argentine side, the implementing authorities shall be:

- The Department for Domestic Security of the Ministry of Justice, Security and Human Rights with respect to requests for information relating to the matters covered in Decision MERCOSUR/CMC/DEC No. 7/98; and also with respect to identifying groups responsible for illicit trafficking in firearms, ammunition, explosives and other related materials, and their *modus operandi*;

- The National Arms Register with respect to requests for information relating to registry data and to import and export licences for weapons for civilian and conditional civilian use;

- The Executive Secretariat of the National Commission for Control of Sensitive Exports and Warming Material (Ministry of Defence), with respect to requests for information relating to data on import and export licences for weapons for military use.

- For its part, the Department of Intelligence will advise the corresponding bodies with respect to requests for items of strategic intelligence relating to identification of groups responsible for illicit trafficking in firearms, ammunition, explosives and other related materials, and their *modus operandi*.

On the Brazilian side, the implementing authorities shall be:

- The National Department of Public Security of the Ministry of Justice with respect to requests for information relating to the issues in Decision MERCOSUR/CMC/DEC No. 7/98;

- The Anti-Organized Crime Directorate of the Federal Police with respect to requests for information relating to registry data concerning weapons for civilian use and import and export licences for weapons for civilian use, under the National Weapons Registry (SINARM), and relating to the identification of groups responsible for illicit trafficking in firearms, ammunition, explosives and other related materials, and their *modus operandi*;

- The Directorate for Monitoring Controlled Products of the Army Command (Ministry of Defence), with respect to the requests for information relating to data on import and export licences for weapons for civilian and military use; and

- The Brazilian Intelligence Agency under the Office for Institutional Security of the Office of the President of the Republic (ABIN/GSI/PR), with respect to requests for items of strategic intelligence relating to the identification of groups responsible for illicit trafficking in firearms, ammunition, explosives and other related materials, and their *modus operandi*.

4. Where the information requested is a component in a judicial investigation, in accordance with the provisions of the Protocol on mutual judicial assistance in criminal matters, signed at Potrero de los Funes on 25 June 1996, and other provisions in force in the respective domestic legal systems, the Parties shall provide each other with the most extensive mutual judicial assistance for purposes of investigating offences related to illicit trafficking in firearms, ammunition, explosives and other related materials, and for

purposes of cooperation in judicial proceedings related to criminal matters being processed within the jurisdiction of the other Party.

5. The Parties shall maintain the level of confidentiality of the information whenever the Party requesting or supplying the information so stipulates. The request to maintain the given level of confidentiality shall be lifted only with the consent of the Party stipulating that such confidentiality be maintained.

6. This Memorandum of Understanding shall enter into force from the date of the second of the two Notes by which the two Parties inform one another of the conclusion of the domestic proceedings needed for its entry into force. The Memorandum of Understanding shall remain in force until such time as one of the Parties notifies the other through the diplomatic channel of its intention to terminate it.

Done in the city of Buenos Aires, Argentine Republic, on the 16th day of the month of October two thousand and three, in two originals in Spanish and Portuguese, each of the texts being equally authentic.

For the Argentine Republic:

RAFAEL BIELSA

For the Federative Republic of Brazil:

CELSO AMORIM

[TRANSLATION – TRADUCTION]

MÉMORANDUM D'ACCORD ENTRE LA RÉPUBLIQUE ARGENTINE ET LA RÉPUBLIQUE FÉDÉRATIVE DU BRÉSIL RELATIF À LA CRÉATION D'UN MÉCANISME PERMANENT POUR L'ÉCHANGE D'INFORMATIONS SUR LA CIRCULATION ET LE TRAFIC ILLICITE D'ARMES À FEU, DE MUNITIONS, D'EXPLOSIFS ET D'AUTRES MATÉRIELS CONNEXES

La République argentine et la République fédérative du Brésil, ci-après dénommées les Parties,

Convaincues de l'importance d'établir un mécanisme qui améliorerait l'échange d'informations sur la circulation d'armes à feu, de munitions, d'explosifs et autres matériels connexes;

Considérant les initiatives contenues dans le Programme d'action des Nations Unies en vue de prévenir, combattre et éliminer le commerce illicite d'armes sous tous ses aspects, adopté en juillet 2001;

Ayant à l'esprit les mécanismes de coopération établis dans la Convention interaméricaine contre la fabrication et le trafic illicites d'armes à feu, de munitions, d'explosifs et d'autres matériels connexes (CIFTA), et tout particulièrement la possibilité de concevoir des mécanismes bilatéraux en vue d'une coopération mutuelle;

Convaincues de la nécessité d'officialiser la Décision MERCOSUR/CMC/DEC N° 7/98 qui approuve le registre commun des acheteurs et vendeurs d'armes à feu, d'explosifs, de munitions et de matériels connexes;

Sont convenues de ce qui suit :

1. Les Parties conviennent d'établir par le présent Mémoire d'accord un mécanisme permanent pour l'échange d'informations sur la circulation et le trafic illicite d'armes à feu, de munitions, d'explosifs et autres matériels connexes tenant compte des stipulations de la Décision MERCOSUR/CMC/DEC N° 7/98 qui approuve « le registre commun des acheteurs et vendeurs d'armes à feu, de munitions, d'explosifs, et d'autres matériels connexes ».

2. Les Parties désignent comme points focaux aux effets du présent mécanisme, la Direction de la sûreté internationale, des affaires nucléaires et spatiales (Dirección de Seguridad Internacional, Asuntos Nucleares y Espaciales) du Ministère des Relations extérieures, du Commerce international et du Culte de la République argentine et la Coordination générale de lutte contre les opérations illicites transnationales (Coordinación General del Combate a los Illicitos Transnacionales) du Ministère des Relations extérieures de la République fédérative du Brésil.

Les parties se communiqueront par la voie diplomatique toute modification apportée aux points focaux désignés.

Chaque point focal sera chargé de recevoir les demandes d'informations de l'autre Partie et de transmettre les réponses correspondantes ainsi que de formuler les demandes de renseignements adressées à l'autre Partie et de recevoir ses réponses.

Le point focal établira un système de communication avec les autorités internes compétentes de cette Partie afin de permettre une prise en charge rapide des demandes d'informations formulées par l'autre Partie.

Toute demande de renseignements devra être transmise sur un formulaire approuvé par les Parties et qui contiendra les données nécessaires pour permettre cet échange d'informations.

3. Les autorités concernées par l'application du présent mécanisme seront les organismes de chacun des États compétents dans le contrôle, la commercialisation et la fiscalisation des armes à feu, de munitions, d'explosifs et d'autres matériels connexes dans les Parties respectives.

Pour la Partie argentine, il s'agira :

- Du Secrétariat de la sûreté intérieure (Secretaría de Seguridad Interior) du Ministère de la Justice, de la Sûreté et des Droits de l'homme pour les demandes d'informations concernant les questions envisagées dans la Décision MERCOSUR/CMC/DEC N° 7/98 et celles relatives à l'identification de groupes responsables du trafic illicite d'armes à feu, d'explosifs, de munitions et d'autres matériels connexes et à leur manière d'opérer.

- Du Registre national des armes (Registro Nacional de Armas) pour les demandes d'informations concernant des données d'enregistrement et des licences d'importation et d'exportation d'armes à usage civil et à usage civil sous condition.

- Du Secrétariat exécutif de la Commission nationale de contrôle des exportations sensibles et du matériel de guerre (Secretaría Ejecutiva de la Comisión Nacional de Control de Exportaciones Sensitivas y Material Bélico) du Ministère de la Défense, pour les demandes d'informations concernant les licences d'importation et d'exportation d'armes à usage militaire.

- De son côté, le Secrétariat du service des renseignements (Secretaría de Inteligencia) aidera les organismes correspondants à rédiger leurs demandes d'informations stratégiques relatives à l'identification de groupes responsables du trafic illicite d'armes à feu, de munitions, d'explosifs et d'autres matériels connexes et à leur manière d'opérer.

Pour la Partie brésilienne, il s'agira :

- Du Secrétariat national de la sûreté publique (Secretaría Nacional de Seguridad Pública) du Ministère de la Justice pour les demandes d'informations concernant les questions envisagées dans la Décision MERCOSUR/CMC/DEC No. 7/98.

- De la Direction de la lutte contre le crime organisé (Dirección de combate al Crimen Organizado) de la police fédérale pour les demandes d'informations concernant des données d'enregistrement d'armes à usage civil et les licences d'importation et d'exportation d'armes à usage civil, dans le cadre du Service national des armes (Servicio Nacional de Armas - SINARM) et celles concernant l'identification de groupes responsables du trafic illicite d'armes à feu, de munitions, d'explosifs et d'autres matériels connexes et leur manière d'opérer.

- La Direction de fiscalisation de produits contrôlés du Commando de l'armée (Dirección de fiscalización de Productos Controlados del Comando del Ejército) du Ministère de la défense pour les demandes d'informations concernant les licences d'importation et d'exportation d'armes à usage civil et militaire, et

- L'agence brésilienne de renseignement du cabinet de la sûreté institutionnelle de la présidence de la république (Agencia brasileña de Inteligencia del gabinete de Seguridad Institucional de la Presidencia de la República, ABIN/GSI/PR) pour les demandes d'informations stratégiques concernant l'identification de groupes responsables du trafic illicite d'armes à feu, de munitions, d'explosifs et d'autres matériels connexes et leur manière d'opérer.

4. Au cas où les renseignements requis feraient partie d'une enquête judiciaire, conformément aux dispositions stipulées dans le Protocole d'assistance mutuelle juridique en matière pénale, signé le 25 juin 1996 à Potrero de los Funes, et dans toutes les autres normes en vigueur dans les ordonnances juridiques internes concernées, les Parties se prêteront une assistance juridique mutuelle au sens le plus vaste pour l'investigation de délits liés au trafic illicite d'armes à feu, de munitions, d'explosifs et d'autres matériels connexes ainsi que pour la coopération dans les procédures judiciaires liées à des affaires pénales qui tombent sous la juridiction de l'autre Partie.

5. Les Parties veilleront à préserver la confidentialité des informations sur demande de la Partie qui les requiert ou fournit. Cette confidentialité pourra être levée par la Partie qui l'a elle-même demandée.

6. Le présent Mémoire d'accord entrera en vigueur à la date de la seconde note diplomatique par laquelle chacune des Parties communique à l'autre l'achèvement des formalités internes nécessaires pour son application. Il restera valable jusqu'au moment où une des Parties communique à l'autre, par la voie diplomatique, son intention d'y mettre fin.

Fait en la ville de Buenos Aires, en République argentine, le 16 octobre 2003, en deux exemplaires originaux, en langues espagnole et portugaise, les deux textes faisant également foi.

Pour la République argentine :

RAFAEL BIELSA

Pour la République fédérative du Brésil :

CELSO AMORIM